

EDITORIAL

O tema da “Revolução” é crucial na história e na teoria política do mundo moderno e contemporâneo. A perspectiva de uma completa alteração dos princípios da autoridade política, do ordenamento jurídico e constitucional e dos fundamentos da produção econômica de uma determinada sociedade não estava presente no horizonte dos filósofos da Antiguidade clássica nem no dos pensadores dos inícios dos tempos modernos.

Convertida em idéia-chave da ação e do pensamento político a partir dos eventos de 1789, na França, a Revolução merecerá longas e ponderadas considerações, de autores como Marx e Tocqueville, de atores históricos situados à direita e à esquerda do espectro político. Por sua característica imanente de provocar a ruína de uma ordem social antiga e fazer irromper um novo mundo, a Revolução chegou a ser definida, no século XX, como “a locomotiva da história”. Mas, neste início do século XXI, período de novas ordenações do mundo capitalista, de novos projetos políticos por parte dos atores sociais que marcaram o século passado, que lugar poderia ser reservado para a “Revolução” – no âmbito do discurso e da ação, da teoria e da prática social?

“A revolução retorna, sempre diferente. Retorna porque não se ausenta jamais”. É desta forma que Jacques Bidet, professor da Universidade de Paris-X e diretor honorário da revista *Actuel Marx*, responde à questão que propõe: “Por que a revolução não morre?”. Em seu ensaio, Jacques Bidet reafirma seu programa teórico de recorrer às teorias propostas por Karl Marx para analisar a sociedade capitalista em seu novo momento de desenvolvimento mundial, após a ruína do sistema soviético e de outros sistemas político-econômicos a

ele análogos. Mas, trata-se de uma retomada das proposições marxistas mediada pelo reconhecimento dos limites históricos do pensamento marxiano e pelo diálogo com correntes do pensamento filosófico pré e pós-Marx. Da leitura do ensaio de Bidet resulta não somente o contato com diretrizes conceituais importantes para o entendimento de fenômenos específicos do mundo contemporâneo, mas também a convicção de estarmos diante de um esforço intelectual animado pela mais elementar premissa filosófica: a de encarar a realidade vivida pelos homens tendo em mira a identificação de seus contornos essenciais – que, justamente porque acolhidos no âmago do mundo social, permanecem recônditos a um primeiro olhar.

Na **Poética**, Aristóteles distinguiu a tragédia, entre outros gêneros dramáticos e narrativos, por, dentre outras características, adotar como objeto de imitação as ações austeras ou atos nobres de homens nobres e virtuosos. Em seu artigo “A presença velada: hierarquia e ética servil a partir do *Agamêmnon* de Ésquilo”, Rafael Faraco Benthien se dedica a investigar justamente personagens dos dramas trágicos que não podem ser designados pelas categorias aristotélicas como “nobres” ou “virtuosos”. O autor dirige sua análise para os indivíduos inferiores, do ponto de vista da hierarquia social, incapazes de definir o curso dos acontecimentos e, por isso, confinados ao papel de meros instrumentos de planos alheios. Centrando sua investigação na figura do Vigia, personagem anônimo do prólogo da tragédia esquiliana *Agamêmnon*, Rafael Benthien ressalta a dificuldade da tragédia grega antiga em estabelecer modelos representacionais específicos para seus personagens subalternos, quase sempre referidos a partir dos critérios da ausência ou da aproximação em relação aos valores e atributos dos homens virtuosos ou, ainda, pelo absoluto silêncio em torno de um *ethos* que lhes fosse próprio e distintivo.

Um relato presente no vasto repertório da mitologia greco-romana narra a história de Aracne, jovem nascida na Lídia, que adquiriu fama por suas inigualáveis habilidades como tecelã; nas tramas e urdiduras de fios de diferentes cores, Aracne era capaz de produzir imagens de deslumbrante beleza, que provocavam admiração e êxtase entre os que as contemplavam. A fama da excelência de Aracne nas artes da fição, bem como o orgulho da admirável tecelã, correu entre os mortais e chegou a atingir os ouvidos dos eternos. Atena, filha de Zeus, guardiã e protetora das habilidades manuais femininas, atingida por tais rumores, acolheu a fama de Aracne como indício de impiedade, como

manifestação de desmedida de uma mortal que, por suas virtudes, pretendia se equiparar aos divinos imortais. O confronto entre Atena e Aracne resultaria na ruína da jovem lídia, condenada a se metamorfosear em uma aranha, em uma criatura que consome sua vida enquanto produz seus próprios fios, sua própria teia. Desloquemos, agora, nosso foco; da mitologia para a história greco-romana. Na passagem do século I a.C. para o I d.C., Roma assistia à organização de uma nova arquitetura institucional das relações de poder, à qual se convencionou designar por Principado. Novas estruturas políticas que, porém, se afirmavam ideologicamente como restauração do passado republicano, como recuperação da liberdade e da harmonia entre os grupos e indivíduos que compunham a cidade. Nesta nova cidade, que se afirma nova por recuperar o brilho do passado, o poeta Ovídio se dedicará a recontar a desventura de Aracne. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras, da Universidade Federal Fluminense (UFF), a partir deste fragmento da obra de Ovídio, se dedica a analisar os imbricamentos entre política e cultura na Roma dos tempos de Augusto. Em seu artigo “Conflito de bordados: a restauração augustana e o mito de Aracne na poesia de Ovídio”, Manuel Rolph destaca os paralelismos entre, por um lado, os homens, deuses e cidades retratados nas tecelagens compostas por Aracne e Atena, em sua mística disputa pela primazia nas artes do tear e, por outro lado, o alegado projeto de reordenação e restauração da cidade de Roma preconizado por Augusto após a consolidação de seu poder pessoal frente às instituições da combalida república romana.

O barroco, entendido como expressão denotativa de uma certa mentalidade ou de uma certa tradição cultural, situada na conjuntura político-econômica do Antigo Regime, é, além do tema da capa deste volume de Politeia, assunto de três trabalhos aqui publicados. O primeiro deles, “O Barroco: substrato cultural da colonização”, de Erivaldo Fagundes Neves, apresenta um amplo panorama da cultura barroca, ressaltando as suas características básicas, derivadas de valores e ideais defendidos pela Contra-Reforma. Neves dedica-se particularmente a discorrer sobre o chamado “barroco colonial”, ou seja, sobre a cultura barroca que floresceu nas Américas portuguesa e espanhola a partir de combinações entre elementos culturais do barroco europeu com valores nativos. O texto seguinte, “Igreja, educação e escravidão no Brasil colonial”, de Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, trata de um dos principais personagens do barroco colonial brasileiro: o missionário jesuíta. Homens

oriundos do Velho Mundo, impregnados pela cultura e pela religiosidade do mundo ibérico dos séculos XVI e XVII, ao assumirem, na América, papel protagonista na definição de idéias e práticas para a educação dos homens do novo continente – índios, brancos, escravos ou mestiços – eles se constituirão numa espécie de corporificação do barroco colonial tal como indicado no artigo anterior (barroco europeu + elementos culturais nativos). Já o texto de Humberto José Fonsêca, “Comerciantes e cristãos-novos em festa de nobre: a transgressão da ‘ordem natural’”, trata de conflitos culturais e de status envolvendo diferentes grupos sociais da Bahia colonial. Se o barroco pôde ser caracterizado como uma reação à modernidade burguesa, científica e leiga da Europa pós-Reforma, é então compreensível que entre as elites do Brasil barroco/colonial se verificassem comportamentos sociais pautados na postura senhorial de culto ao ócio e na ostentação de riquezas e de privilégios, além da manifesta rejeição aos cristãos-novos – por suas tradições religiosas ou pelo exercício das pouco nobres práticas mercantis. Humberto Fonsêca ressalta o esforço destes cristãos-novos em, driblando a resistência da elite senhorial e recorrendo a expedientes como a participação ou o patrocínio de festas e procissões, associar-se a esta elite que se pretendia exclusiva – senhorial, nobiliárquica e cristã.

Nas primeiras décadas de organização das Américas espanhola e portuguesa, as ilhas atlânticas, notadamente as ilhas da Madeira e Canárias, assumiriam, em função de sua posição geo-estratégica, no caminho entre o Velho e o Novo Mundo, papel de destaque no trânsito de homens, idéias e mercadorias entre estes dois continentes. Ana Viña Brito, professora da Universidad de La Laguna, em seu artigo, “Las relaciones Canarias-Brasil antes de la unión de los Reinos Ibéricos”, aborda as relações estabelecidas entre as ilhas Canárias, vinculadas à Coroa espanhola, e o Brasil no período anterior a 1580, data da chamada União das Duas Coroas, sob o comando de Filipe da Espanha.

Nas sociedades escravistas, antigas e modernas, é comum definir o escravo por sua completa ausência de liberdade e por sua redução à condição de instrumento, de propriedade. No dizer de Aristóteles: “a utilidade dos escravos pouco difere da dos animais; serviços corporais para atender às necessidades da vida são prestados por ambos, tanto pelos escravos quanto pelos animais domésticos”. Ao se examinar mais atentamente, porém, estas sociedades

baseadas na exploração do trabalho escravo, torna-se evidente a inexequibilidade dos esforços ideológicos que insistem em negar ao trabalhador escravo a sua condição de sujeito histórico. Analisando a documentação referente às alforrias de escravos no século XIX, Kátia Lorena Novais Almeida, em seu artigo “Da prática costumeira à alforria legal”, mostra as complexas relações estabelecidas entre escravos, senhores e o Estado em uma região mineradora da Bahia (Rio de Contas). A complexidade destas relações se exhibe exemplarmente no Art. 4º da chamada Lei do Ventre Livre (1871) – documento que se constitui em marco de referência do estudo de Kátia Lorena – que estabelecia: “É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economia. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio”. Da leitura do artigo emerge a figura do escravo como autêntico agente, inserido em intensas relações sociais (que poderiam resultar em “doações, legados e heranças”); em constante processo de negociação, em torno das condições de exercício de seu trabalho, com seu senhor (que poderiam resultar em consentimento para retenção de parte dos ganhos advindos de seu trabalho); e que não hesitava em recorrer ao poder público para proteger seu pecúlio e, ainda, para garantir o direito de utilizá-lo de forma a obter a liberdade.

A contraposição entre campo e cidade, entre o espaço rural e o urbano, é um outro tema que alimenta as investigações de historiadores de diferentes épocas. Contraposição frequentemente balizada pela distinção de conjuntos opostos no que se refere a práticas culturais e econômicas, ela, por vezes, atribui valoração positiva ao mundo agrário (espaço de preservação de valores e costumes, de afirmação de preceitos econômicos e culturais pautados pelo comedimento, solidariedade e simplicidade – em contraste com o espaço citadino, de corrupção dos costumes, de comportamentos agressivos, individualistas e artificiais); por outras, esta contraposição reserva tal positividade ao mundo urbano (ambiente de dinamismo, de progresso, de refinamento cultural, frente ao campo arcaico, retrógrado e rústico). Jorge Nóvoa e Soleni Fressato, no artigo “Um caipira ingênuo e malicioso debocha da modernidade: representações no cinema de Mazzaropi”, investigam, em primeiro lugar, como se forjou no Brasil de meados do século XX, uma ideologia desenvolvimentista – que atingia os mais diversos grupos do espectro político da época, à direita e à esquerda – que apreendia o Brasil rural como espaço do atraso econômico, político e cultural.

Em segundo lugar, demonstram como o cinema de Mazzaropi – ao fazer do caipira um personagem caracterizado pela honestidade, pela solidariedade e pelo apego aos laços familiares – pode ser lido como uma reação a esta apologia do urbano como espaço que conduziria à redenção das mazelas nacionais.

A partir dos anos de 1970, porém, muitas das cidades brasileiras que deveriam remir o Brasil de seus males sociais transformaram-se em territórios em que a violência, expressa principalmente por elevados índices de homicídios, se tornou parte integrante do cotidiano de seus habitantes. Na medida em que o crescimento das cidades não foi acompanhado por um proporcional incremento da capacidade de intervenção do poder público, várias áreas urbanas se viram confrontadas com o poder de indivíduos que recorriam sistematicamente à violência e ao extermínio como forma de imposição de uma determinada “ordem”. Linderval Augusto Monteiro, em seu artigo “Matar bandido não é serviço social? Cultura política e justiça em um periferia fluminense”, investiga a teia que envolve, em um dos municípios da chamada “Baixada Fluminense”, moradores, policiais, autoridades políticas e lideranças comunitárias em complexas relações, nas quais a violência e o assassinio são partes essenciais do jogo de poder. Fazendo farto uso de fontes orais – talvez a única forma de levantar informações sobre estratégias de poder que vinculam sua eficácia à manutenção de seu caráter não-oficial e não-formal – Linderval Monteiro traça um painel perturbador de uma ordem social construída a partir da noção de que “matar bandido” é uma atividade essencial de assistência pública.

A violência enquanto parte integrante do mundo moderno é, também, o tema central do trabalho que encerra a sessão de artigos deste volume de *Politeia: História e Sociedade*. Mas, diferentemente do trabalho anterior, que analisa a violência que se desenvolve por sob as estruturas do Estado, Ricardo Luiz Monteiro focaliza o fenômeno do totalitarismo, ou seja, a instituição de uma autoridade estatal baseada na monopolização dos poderes que permeiam a sociedade, nas estratégias que visam assegurar o apoio ativo de grandes massas populacionais e no uso de técnicas modernas de comunicação e propaganda. No artigo “Hannah Arendt e o totalitarismo: o conceito e os mortos”, Ricardo Monteiro ressalta a importância, no pensamento da filósofa judia-alemã, da associação entre totalitarismo e terror. O totalitarismo, então, se caracterizaria pela destruição das relações e potencialidades do homem,

seja enquanto ser do mundo público (da polis) ou enquanto ser particular, individual, privado. Em consequência, o extermínio, a produção abundante de mortos, torna-se elemento intrínseco dos regimes políticos totalitários do século XX.

Por fim, na seção de resenhas, apresentamos duas críticas em torno de livros publicados neste ano de 2007. O pesquisador Márcio Santos analisa “**Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**”, livro organizado por Erivaldo Fagundes Neves e Antonieta Miguel e que se dedica a apresentar estudos sobre diferentes roteiros elaborados por exploradores que, nos séculos XVIII e XIX, percorreram as vastas regiões dos sertões baianos. Já Marcello Moreira, professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, comenta o livro de José d’Assunção Barros, “**Cidade e História**”, trabalho que procura sumariar algumas das mais importantes contribuições acadêmicas para a compreensão da cidade enquanto espaço geográfico, cultural, social e político específico.

Luiz Otávio de Magalhães
Editor Responsável